

Preocupações caritativas das rainhas medievais portuguesas Charitable concerns of Portuguese medieval queens

PAULO DRUMOND BRAGA¹

Resumo: Este artigo procura estudar as várias vertentes da ação caritativa e assistencial das primeiras rainhas consortes portuguesas, entre o século XII e os meados do século XV.

Palavras-Chaves: Idade Média; pobreza; assistência; hospitais.

Abstract: This article aims to study the several aspects of the charitable action of the first Portuguese consort queens (12th-15th centuries).

Keywords: Middle Ages; poverty; charity; hospitals.

==

¹ Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes; Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta; CLEPUL, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5043-8236>. Este artigo insere-se nas atividades do projeto *Hospitalis – Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: Identificação, caracterização e contextualização* (PTDC/ART-HIS/30808/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Na Idade Média, assim como na Época Moderna, pobre era todo o que se achava temporária ou permanentemente privado de formas de sustento, incluindo aquele que vivia do seu trabalho, porque, estando ausentes mecanismos de segurança social, a qualquer momento podia cair na indigência (Gutton, 1971: 1-46; Mollat, 1984: 14; López Alonso, 1986; Carasa Soto, 1991). Por isso, há historiadores que se referem a pobreza absoluta e a pobreza relativa (Crawford, 2010: 6). Assim sendo, muitos eram os que se viam obrigados a estender a mão à caridade.

A ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente da celebração de missas e da instituição de capelas (Rosa, 2000: 460-461). Por outro lado, a ajuda material funcionava como «penhor de maior prestígio e dignidade. Ainda um capital reprodutivo. Louvado entre os ricos, lembrado entre os mortos» (Coelho, 1993: 183). A esmola era, pois, um direito dos pobres e um dever dos ricos (Lopes, 2000: 68).

As consortes régias – assim como, bem entendido, outras figuras femininas ligadas ou não à Casa Real (Coelho, 1990; Tavares, 1989: 95-96 e 128) – fizeram, inevitavelmente, parte do vasto número dos que prestavam auxílio aos desvalidos da fortuna, e ser caridosa passou a

integrar o arquétipo da boa rainha na Idade Média (Parsons, 1993; Vann, 1993; Nelson, 1997; Laynesmith, 2005), o que se prolongaria até épocas mais recentes. Este artigo pretende sistematizar a ação assistencial das primeiras 11 rainhas consortes de Portugal, num período que se estende de meados do século XII a igual tempo da centúria quatrocentista.

A primeira consorte régia de Portugal, D. Mafalda de Mouriana (1133?-1158), mulher de D. Afonso Henriques, terá instituído em Canaveses, atualmente uma freguesia do concelho de Valpaços, uma albergaria ou hospital para acolher peregrinos. Segundo documentação dos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, citada por Maria José Pimenta Ferro Tavares e Maria Alegria Fernandes Marques, a rainha teria determinado que tal estabelecimento deveria estar sempre «limpo e bem reparado de telha e madeira e com boas portas fechadas», além de dotado de «camas boas e limpas em que possam bem albergar nove desses peregrinos aos quais serão dadas rações de entrada ou de saída e lume e água e sal quanto for mester» (Tavares, 1989: 128; Marques, 2012: 52-53). Era um tempo de imprecisão conceptual, em que albergaria e hospital acabavam por significar mais ou menos o mesmo, ou seja, local de pousada transitória (Sousa, 1990: 25). Fica, entretanto, a incerteza sobre a real intervenção de D. Mafalda no processo constitutivo do estabelecimento.

Igualmente algo imprecisa é a informação de que a rainha D. Dulce de Barcelona, mulher de D. Sancho I (1153/1159?-1198), teria fundado uma albergaria em Vila Nova de Poiares. Lemo-la num documento de 1248 – ou seja, bastante posterior à sua morte –, que foi pela primeira vez citado por um historiador do século XIX (La Figanière, 1859: 62). Nada mais se sabe a esse respeito, permanecendo a dúvida, tal como no caso do estabelecimento supostamente criado por D. Mafalda.

Totalmente desconhecidas, entretanto, são as atitudes em matéria assistencial das duas consortes régias seguintes: D. Urraca de Castela (1186/1187-1220), casada com D. Afonso II, e D. Mecia Lopes de Haro (1215?-1270/1271), mulher de D. Sancho II. E, todavia, da primeira chegou-nos o testamento, datado de 1213 (Ventura e Oliveira, 2011: 257-259). Mas o mesmo é omissivo quanto a legados de cariz caritativo, o que não deixa de ser algo surpreendente, a avaliar pelo que de contrário acontece nos testamentos dos sucessivos soberanos, de D. Afonso Henriques a D. Sancho II (Tavares, 1989: 86-89). Não quer isto dizer, contudo, que estas duas rainhas nada tenham feito pelos desvalidos da fortuna.

D. Beatriz Afonso (1244-1300), segunda mulher de D. Afonso III, foi instituidora, em 1273, da primeira casa assistencial portuguesa para crianças abandonadas, o Hospital dos Meninos Órfãos, o qual se situava em Lisboa, na mouraria, muito próximo do local onde mais tarde

se ergueria a Capela da Senhora da Saúde (Reis, 2001: 67-68). Por outro lado, não deixou de se interessar por outros estabelecimentos. Em 1279, em conjunto com o seu filho, o Rei D. Dinis, assumiu a proteção da albergaria do Espírito Santo de Alenquer (Lopes, 1997: 178-179) e, dois anos volvidos, ordenou ao alcaide e ao concelho de Torres Novas que não interviessem na albergaria de Asseiceira, pois a mesma havia sido destinada à Ordem do Templo pelos respetivos instituidores, Pedro Ferreira e a sua mulher (La Figanière, 1859: 251).

D. Isabel de Aragão (1266/1270-1336), mulher de D. Dinis, que ficou na História com a designação de Rainha Santa, esteve sempre bastante preocupada com o sofrimento alheio. Leiamos, em primeiro lugar, o testemunho do seu primeiro biógrafo e hagiógrafo, D. Frei Salvador Martins, bispo de Lamego, que foi igualmente seu confessor:

Pelas esmolos que ela fazia, quando sabiam que vinha de um lugar para outro, assentavam-se por os caminhos, em as estradas das vilas e lugares, muitos homens e mulheres e moços, para receber aquela esmola e, por muitos que fossem, não partiria nenhum sem esmola. [...] A muitos pobres que via pelos caminhos, mandava dar e vestir em sua casa, visitava as enfermas, pondo em elas as mãos mui sem nojo e mandando delas pensar [isto é, tratar], segundo a dor que haviam e demandava. E em cada uma quaresma fazia estremadas esmolos a homens

e a mulheres envergonhadas e em dia que se diz *Cena Domini* lavava a certas mulheres pobres gafas os pés e lhos beijava e vestia-as de cuecas, de pelotes e cerames e dava-lhes de calçar e contas por amor de Deus. (Nunes, 1921: 1332-1333)

Salienta-se aqui uma espontaneidade que não se encontra nas demais figuras femininas da realeza, casando na perfeição com o arquétipo de santidade da época, profundamente marcado pela espiritualidade franciscana (Andrade, 2000; Rosa, 2010). A D. Isabel de Aragão foi atribuída a criação de numerosas casas de assistência, entre albergarias, hospitais, gafarias, mercearias e recolhimentos, mas, como já foi notado, alguns desses estabelecimentos apenas foram objeto da sua proteção e não de fundação (Lopes, 1997: 174). Há, contudo, a certeza de que, em parceria com o bispo da Guarda, D. Martinho, seu médico pessoal e de D. Dinis, foi responsável pela criação, em 1321, do Hospital dos Meninos ou de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém, destinado a acolher crianças abandonadas. De acordo com o que era habitual, as crianças seriam entregues a amas de leite e posteriormente aprenderiam um ofício, para, a partir dos 14 anos, se poderem sustentar (Lopes, 1997: 179-181). Outras casas assistenciais foram comprovadamente fundadas por esta rainha: o Hospital de S.^{ta} Maria de Abade de Neiva e um outro anexo ao Convento de S.^{ta} Clara de Coimbra; a gafaria de Torres Novas, datada de 1322; e os recolhimentos de arrependidas de Coimbra

e de Torres Novas (Andrade, 2012: 203, 209 e 212-215). Nos seus dois testamentos e no codicilo, datados de 1314, 1327 e 1328, a mulher de D. Dinis contemplou praticamente todos os desvalidos da fortuna, deixando legados genericamente aos hospitais e albergarias do reino, mas especificando alguns deles, a saber: a albergaria de Odivelas; as gafarias de Coimbra, Leiria, Lisboa, Óbidos e Santarém; os hospitais de meninos de Lisboa e de Santarém, assim como o de Roncesvales; e as enfermarias dos mosteiros de Alcobaça, Odivelas e Santa Cruz de Coimbra. Não se esqueceu também de mandar vestir pobres e resgatar cativos (Vasconcelos, 1894: 3-7, 12-18 e 19-22). Finalmente, entre os milagres que lhe foram atribuídos – e que lhe granjearam uma auréola de santidade, permitindo a sua elevação aos altares, ainda que tardia – casos há, como notou a sua mais recente biógrafa, que mostram a fácil convivência da rainha com o mundo da pobreza, nomeadamente a cura de um leproso (Andrade, 2012: 217-218).

A ação assistencial de Isabel de Aragão não pode ser desligada, por um lado, de um modelo franciscano que se vinha impondo na Cristianidade ocidental e que marcara já as ações de sua mãe, Constança de Hohenstaufen, e de sua tia-avó e homónima, a famosa Santa Isabel da Hungria; por outro, dos primeiros efeitos da grande crise que assolou a Europa a partir de finais do século XIII, fazendo avolumar o número dos carenciados da fortuna (Andrade, 2012: 199-200 e 202). De facto, já

nos deparamos aqui com a pobreza envergonhada – que começava a atingir aqueles que, à partida, estariam livres de cair em tal situação, como nobres e honrados –, a que reis, rainhas e outros poderosos procuravam obviar criando mercearias, ou seja, estabelecimentos onde os assistidos viviam dignamente, devendo, como contrapartida, rezar pela alma dos instituidores (Tavares, 1989: 91-97).

A rainha seguinte, D. Beatriz de Castela (1293-1359), mulher de D. Afonso IV, manifestou, nos seus três testamentos (1349, 1357 e 1358) e no codicilo (1354), preocupações com vários necessitados, legando almadaques a hospitais de Lisboa e determinando que o eventual sobejo, depois de satisfeitas todas as obrigações estabelecidas, fosse utilizado para vestir pobres, casar órfãs e remir cativos (Sousa, 1946: 341-355; Lourenço, 2005). Mas a sua obra assistencial mais relevante foi a criação, em conjunto com o marido, de uma mercearia. Recorde-se que se vivia então o auge da chamada crise do século XIV (Marques, 1987; Sousa, 2005: 137-158), que conduziu a uma generalização do empobrecimento. Assim se compreende a preocupação do casal real. A mercearia teria sede em casas adquiridas pelos monarcas na freguesia da Sé de Lisboa e ali dever-se-ia sustentar e prestar cuidados médicos a 12 homens e 12 mulheres de idade superior a 50 anos, exceto se «forem aleijados ou em outra maneira doentes de tal dor que não seja esperança de guarida», e que tivessem

caído em pobreza (Tavares, 1989: 93; Sousa, 2005: 255-260; Menino, 2012: 116-143).

De D. Leonor Teles (1347/1350-1397/1410), a polémica mulher de D. Fernando I, Fernão Lopes escreveu: «Era ainda de muita esmola e muito caridosa a todos, mas quanto fazia tudo danava». No respeitante às suas criadas, assinalou que «o manto da caridade» que mostravam era afinal «cobertura de seus desonestos feitos» (Lopes, 2004: 229-230). Importa, desde já, desvalorizar estas afirmações, uma vez que é sobejamente conhecido o cariz francamente partidário da obra do celeberrimo cronista de Quatrocentos (Marques, 1988: 18-19), como tal, o principal obreiro da criação da lenda negra de D. Leonor Teles, que, pese embora o hercúleo esforço de alguma historiografia recente (Gomes, 2005: 127-142; Baleiras, 2012; Tavares, 2013), chegou aos nossos dias, ao menos entre públicos menos esclarecidos e atualizados. Entretanto, não dispomos de nenhum dado concreto quanto à ação assistencial de D. Leonor Teles, mas, como se viu, o mesmo se pode dizer de outras rainhas sobre cujas memórias não pesa o labéu da infâmia.

A respeito da primeira rainha da dinastia de Avis, D. Filipa de Lencastre (1360-1415), mulher de D. João I, apenas temos, como já foi notado pela sua mais recente biógrafa, Manuela Santos Silva (2012: 164), o testemunho de dois cronistas: Fernão Lopes, para quem «era cuidosa acerca dos pobres e minguados» (Lopes,

1983: 226), e Gomes Eanes de Zurara, segundo o qual mandava «dar grandes esmolas aos pobres e fazer outros bens» (Zurara, 1915: 117). Faltam, pois, dados concretos.

D. Leonor de Aragão (1405/1408-1445), mulher de D. Duarte, protegeu as mercearias existentes nas terras que lhe pertenciam (Alenquer, Óbidos, Sintra, Torres Novas e Torres Vedras), nomeando e confirmando para as mesmas homens e mulheres entre 1433 e 1440, situação que continuou com a regência do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, seu cunhado, entre 1441 e 1443 (Moreno, 1997; Rodrigues, 2012: 137-139). No caso específico de Alenquer, a rainha colocou, em 1434, a casa sob sua proteção, isentando do pagamento de jugada e de outros foros as respetivas propriedades cultivadas (Rodrigues, 2012: 137-138).

Semelhante atitude de proteção a merceeiros das terras da rainha se deve à mulher de D. Afonso V, D. Isabel de Coimbra (1432-1455). Chegaram até nós, datadas de 1456 – portanto, posteriores à sua morte –, confirmações régias de 10 nomeações que a mesma havia feito de merceeiros de ambos os sexos para Torres Novas e Torres Vedras (Braga, 1991; Rodrigues, 2012: 323-324). Sabe-se ainda que, em 1451, endereçou ao Papa Nicolau V uma súplica referente a um hospital que os Cônegos Regrantes de Santo Antão mantinham em Lisboa desde cerca de 1400 (Costa, 1973: 274-275). Por outro lado, no seu testamento, datado de 1452, D. Isabel estipulou que com

o ouro e a prata amoedados que deixasse se libertassem cinco cativos e que o dinheiro resultante da solvência das dívidas de que era credora dos seus oficiais servisse para casar órfãos (Sousa, 1947: 63).

Em conclusão, saliente-se, em primeiro lugar, algumas dúvidas, como as que envolvem os estabelecimentos supostamente fundados por D. Mafalda de Mouriana e D. Dulce de Barcelona, a ação assistencial que pode não ter existido em D. Urraca de Castela e em D. Mecia Lopes de Haro e o caso de D. Leonor Teles, vítima de um dos mais cuidados assassínios de carácter de que há memória em Portugal. Menos duvidosas foram as ações levadas a cabo pelas demais consortes régias, que protegeram de diversas formas, incluindo através de legados testamentários, praticamente todo o tipo de estabelecimentos de assistência, desde albergarias a mercearias, e que beneficiaram os vários desvalidos da fortuna, de leprosos a crianças abandonadas. Quanto a estes últimos, é de assinalar o pioneirismo de D. Beatriz Afonso. Entretanto, o caso mais relevante, mas quase atípico, é o de Isabel de Aragão, cujo empenho em termos caritativos transcendeu largamente o que se esperava de uma rainha. Por outro lado, o acréscimo das situações de pobreza a partir de finais do século XIII e, sobretudo, ao longo do século XIV fez aumentar as preocupações assistenciais das sucessivas consortes régias portuguesas. Tudo, afinal, se integrava num duplo arquétipo: o de boa cristã e o de boa

rainha. Não sendo totalmente altruístas, estas senhoras, ou pelo menos algumas delas, terão seguramente contribuído para aliviar o sofrimento a vários desvalidos da fortuna.

Bibliografia

- Andrade, M.F. (2000). A beatitude no feminino: Modelos de santidade e formas de poder. *Discursos*, **2**: 71-84;
- Andrade, M.F. (2012). *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Baleiras, I. de P. (2012). *Uma rainha inesperada. Leonor Teles*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Braga, P.D. (1991). Merceeiros de Torres Novas nos finais da Idade Média. *Arquivos do Centro Cultural Português*, **29**: 417-431;
- Carasa Soto, P. (1991). *Historia de la beneficencia en Castilla y León. Poder y pobreza en la sociedad castellana*. Universidad de Valladolid. Valladolid;
- Coelho, M.H. da C. (1990). A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. Em: *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*. Horizonte. Lisboa. 1.º vol.;
- Coelho, M.H. da C. (1993). As confrarias medievais portuguesas: Espaços de solidariedade na vida e na morte. Em: *Cofradias, gremios, solidariedades en la España medieval*. Gobierno de Navarra. Pamplona;
- Costa, A.D. de S. (1973). Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. Em: *A Pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Instituto de Alta Cultura. Lisboa. 1.º vol: pp. 259-327;
- Crawford, P. (2010). *Parents of Poor Children in England, 1580-1800*. Oxford University Press. Oxford;
- Gomes, R.C. (2005). *D. Fernando*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Gutton, J.-P. (1971). *La société et les pauvres. L'exemple de la Généralité de Lyon (1534-1789)*. Les Belles Lettres. Paris;
- La Figanière, F.F. de (1859). *Memórias das rainhas de Portugal. D. Theresa – Santa Isabel*. Tipografia Universal. Lisboa;
- Laynesmith, J.L. (2005). *The Last Medieval Queens. English Queenship, 1445-1503*. Oxford University Press. Oxford;
- Lopes, F. (1983). *Crónica de D. João I*. Livraria Civilização. Porto. 2.º vol.;
- Lopes, F. (2004). *Crónica de D. Fernando*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa;
- Lopes, F.F. (1997). Breve apontamento sobre a Rainha Santa Isabel e a pobreza. Em: *Colecção de estudos de História e Literatura*. Academia Portuguesa da História. Lisboa. 3.º vol.;
- Lopes, M.A. (2000). *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1859)*. Palimage. Viseu;
- López Alonso, C. (1986). *La pobreza en la España medieval. Estudio histórico-social*. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. Madrid;
- Lourenço, V.L. (2005). O testamento da Rainha D. Beatriz. *Promontoria*, **3**: 81-107;
- Marques, A.H. de O. (1987). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Presença. Lisboa;
- Marques, A.H. de O. (1988). Esboço histórico da historiografia portuguesa. Em: *Ensaios de historiografia portuguesa*. Palas Editores. Lisboa;
- Marques, M.A.F. (2012). Mafalda de Mouriana (1133?-1158). Em: *As primeiras rainhas*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Menino, V.L. (2012). Beatriz de Castela (1293-1359). Em: *A rainha, as infantas e a aia*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Mollat, M. (1984). *Les pauvres au Moyen Age*. Complexe. Bruxelles;
- Moreno, H.B. (1997). O Infante D. Pedro e as merceeiras da Rainha D. Leonor. Em: *O Infante D. Pedro, duque de Coimbra. Itinerários e ensaios históricos*. Universidade Portucalense. Porto;

- Nelson, J.L. (1997). Early medieval rites of queen-making and the shaping of medieval queenship. Em: A. Daggan (ed.). *Queens and Queenship in Medieval Europe*. The Boydell Press. Woodsbridge;
- Nunes, J.J. (1921). Vida e milagres de Dona Isabel, rainha de Portugal. Texto do século XIV restituído à sua presumível forma primitiva. *Boletim da Classe de Letras*, **13**: 1293-1384;
- Oliveira, A.R. de (2012). Beatriz Afonso (1244-1300). Em: *As primeiras rainhas*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Paiva, J.P. (2002). Introdução. Em: *Portugaliae monumenta misericordiarum*. União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa. 2.º vol.;
- Parsons, J.C. (1993). Piety, power and the representation of two thirteenth-century english queens. Em: T.M. Vann (ed.). *Queens, Regents and Potentates*. Denton. Dallas;
- Reis, M. de F. (2001). *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*. Cosmos. Lisboa;
- Rodrigues, A.M. (2012). *As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Rosa, M. de L. (2000). A religião no século: Vivências e devoções dos leigos. Em: C.M. Azevedo (ed.). *História religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1.º vol.;
- Rosa, M. de L. (2010). A santidade no Portugal medieval: Narrativas e trajectos de vida. Em: *Santos e demónios no Portugal medieval*. Fio da Palavra. Porto;
- Sá, I. dos G. (2011). *De princesa a rainha-velha. Leonor de Lencastre*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Silva, M.S. (2012). *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Sousa, A.C. de (1946). *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*. Atlântida. Coimbra. T. I, livs. I e II;
- Sousa, A.C. de (1947). *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*. Atlântida. Coimbra. T. II, I parte;
- Sousa, B. de V. e (1990). *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa;
- Sousa, B. de V. e (2005). *D. Afonso IV (1291-1357)*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Tavares, M.J.P.F. (1989). *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Presença. Lisboa;
- Tavares, M.J.P.F. (2013). *Fernando e Leonor. Um reinado (mal)dito*. Chiado Editora. Lisboa;
- Vann, T. (1993). The theory and the practice of medieval castilian queenship. Em: T.M. Vann (ed.). *Queens, Regents and Potentates*. Denton. Dallas;
- Vasconcelos, A.G.R. de (1894). *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do Rei Lavrador Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*. Estudo de investigação histórica. Imprensa da Universidade. Coimbra. 2.º vol.;
- Ventura, L. e Oliveira, A.R. de (2011). *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra;
- Zurara, G.E. de (1915). *Crónica da tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa.